

a. . .

. . m. área
. l. . metropolitana
. . de lisboa

ESTUDO DE ANTECIPAÇÃO DE NECESSIDADES DE QUALIFICAÇÕES INTERMÉDIAS NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (AML)

**MÓDULO 2 - Proposta/ parecer sobre Rede Regional de Cursos
Profissionais 2016/ 2017**

Abril 2016



Estudo elaborado por:

Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.

Equipa Técnica

Clara Correia – coordenação

Ana Cláudia Valente

Sónia Trindade

Colaborações temáticas

António Figueiredo

Carla Melo

João Silva

Mariana Rodrigues

Inquérito e apuramento de dados

Jorge Cerol (CESOP/ UCP)

Tânia Correia (CESOP/ UCP)

ÍNDICE

1.	NOTAS DE ENQUADRAMENTO	1
2.	OBJETIVOS E OBJETO DA PRESENTE PROPOSTA/ PARECER.....	3
3.	CONCEITOS E DIMENSÕES DE CONTEXTO A PONDERAR NA DEFINIÇÃO DA REDE DE OFERTA DE CURSOS PROFISSIONAIS NA AML.....	4
4.	SOBRE A PERTINÊNCIA DE ALGUMAS ÁREAS E INTERVALOS PROPOSTOS PARA ALGUNS CURSOS.....	7
4.1	Qualificações intermédias que apresentam sinais de crescimento de procura e empregabilidade	8
4.2.	Intervalos de turmas para 2016/ 2017 – a necessária flexibilidade intra AEF e a importância das novas qualificações	9

1. NOTAS DE ENQUADRAMENTO

Este documento constitui o relatório correspondente ao módulo 2 previsto no contrato, celebrado entre a AML e a Quaternaire Portugal, para a realização do Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações Intermédias na AML. Tem um caráter eminentemente operacional, procurando contribuir para a análise e concertação das propostas de cursos profissionais para o ano letivo 2016/ 2017, processo em fase de conclusão. O seu conteúdo foi ajustado em função do calendário definido pela tutela para a concertação da rede, assumindo a forma de parecer/ análise aos intervalos de turmas constantes no documento orientador da definição da Rede.

A reflexão e as propostas aqui apresentadas, balizadas por um conjunto de variáveis de contexto, resultam da análise efetuada ao mercado de trabalho – dimensão retrospectiva - e à procura de qualificações – dimensão prospetiva - na AML e, fundamentalmente, de um processo, rico e intenso, de recolha e análise de informação junto de municípios, empregadores, associações setoriais e empresariais e escolas.

Considerando a dimensão e a diversidade das situações, dos desafios e das problemáticas em matéria de qualificações intermédias na AML, bem com o grau de cobertura do trabalho de terreno necessário, o tempo inicialmente previsto para o cumprimento da dimensão qualitativa da análise e, de um modo geral, para a elaboração do diagnóstico, revelou-se bastante escasso.

No que respeita ao trabalho de terreno, realizado entre o mês de fevereiro e o início do mês de abril, destacam-se:

- a) Reuniões individuais com cada um dos 18 municípios da AML com a presença de técnicos e/ ou diretores e/ ou vereadores dos pelouros da educação/ formação e desenvolvimento económico (mês de fevereiro);
- b) 12 *Workshops* com empregadores, nos quais participaram, nalguns casos, associações setoriais ou empresariais e entidades formadoras (mês de março). O documento suporte dos *workshops* foi partilhado com os municípios com o objetivo de ser divulgado junto de todos os participantes;
- c) 5 Reuniões com conjuntos de escolas da AML, realizadas nos dias 29 e 30 de março e 4 de abril, em estreita articulação entre a AML, a DGESTE e a ANQEP. O documento suporte destas reuniões foi partilhado com as escolas através da DGESTE.

Destacam-se ainda, enquanto contributos para a produção das presnetes reflexão e propostas:

- a) A análise do potencial de emprego no horizonte 2020, a partir das projeções do CEDEFOP para Portugal, que constitui um pano de fundo relativamente ao exercício prospetivo;
- b) O inquérito lançado a um conjunto de empregadores que visou permitir uma aproximação às dinâmicas de procura de qualificações do tecido empresarial regional no curto prazo (2 anos), desagregada por qualificação profissional, tendo sido possível obter 378 respostas completas estatisticamente significantes;
- c) Uma análise de muito curto prazo relativa às ofertas de emprego na AML realizada a partir das vagas de emprego registadas num conjunto de plataformas *online*¹ e das ofertas de emprego registadas nas estatísticas do IEFP por área profissional.

¹ Sapo emprego (emprego.sapo.pt), Net empregos (www.net-empregos.com), NETemprego (https://www.iefp.pt/ofertas-emprego), Indeed (www.indeed.pt), Carrer Jet (www.carreerjet.pt), Carga de Trabalho (www.cargadetrabalhos.net).

Relativamente às escolas, as reuniões foram organizadas para cumprir um triplo objetivo: a) partilhar o enquadramento, objetivos e abordagem metodológica do estudo levado a cabo pela AML; b) ouvir as escolas sobre desafios que se colocam ao desenvolvimento das suas ofertas formativas; c) partilhar informação que contribuísse para o eventual ajustamento da rede de oferta de cursos profissionais para 2016/ 2017.

A junção destes três objetivos numa única reunião resultou da necessidade e vontade de dar resposta à antecipação dos prazos, decidida pela tutela, de apresentação das propostas e do subsequente processo de concertação regional da rede de cursos profissionais.

De facto, o final de Abril era o momento previsto para a conclusão do estudo, tendo sido propostas reuniões de concertação com grupos de escolas que permitisse à AML apresentar uma proposta de rede regional suportada em informação e conclusões do aprofundamento das necessidades de qualificações. Contudo, e pese embora a intensidade e elevado grau de cobertura territorial do trabalho de terreno realizado, nomeadamente ao nível da partilha de informação com atores diversos, a dinamização do processo de concertação por parte da AML ficou prejudicada pelo facto do prazo definido pela tutela para apresentação de propostas por parte das escolas ter sido fixado em 18 de Março.

No momento de produção deste documento está a ser organizada e concertada, entre as escolas a DGESTE e a ANQEP, a proposta de Rede de cursos profissionais para 2016/ 2017, no quadro de prioridades identificadas num exercício de antecipação de necessidades efetuado sem o módulo de aprofundamento regional. Neste contexto, considerou-se pertinente refletir sobre as orientações e critérios que informam a referida concertação, problematizando alguns aspetos e formalizando propostas nalgumas áreas de formação.

2. OBJETIVOS E OBJETO DA PRESENTE PROPOSTA/ PARECER

No enquadramento anteriormente descrito, este documento pretende favorecer ajustamentos que sejam considerados pertinentes, quer nos critérios de análise das propostas por parte da DGESTE e ANQEP quer na apresentação de propostas por parte das escolas, contribuindo para a reflexão em torno dos processos de planeamento e concertação da rede de ofertas, no que respeita aos cursos e áreas oferecidos pelas escolas públicas e profissionais.

Os principais objetivos são os seguintes:

- a) Sinalizar, às entidades reguladoras da rede de cursos profissionais e às escolas, aspetos a ter em conta na definição da Rede, nomeadamente para o ano letivo de 2016/ 2017;
- b) Partilhar com as entidades reguladoras e com as escolas, informação sobre a pertinência de (alguns) intervalos de turmas propostos no mapa disponibilizado pela ANQEP uma vez que este constitui um documento orientador da definição de cursos profissionais para o ano de 2016/ 2017.

Este documento reveste-se pois de um carácter instrumental e operacional, incorporando propostas sobre um conjunto de áreas e cursos profissionais, não pretendendo, nem podendo, ser exaustivo relativamente ao quadro de ofertas possíveis e/ ou constante nos mapas de intervalos da ANQEP. De facto, a produção desta proposta/ parecer ocorre no decurso da produção do diagnóstico não tendo sido possível, em tempo útil, analisar informação e produzir reflexão relativamente à pertinência dos intervalos do número de turmas definidos para o leque de cursos possíveis.

3. CONCEITOS E DIMENSÕES DE CONTEXTO A PONDERAR NA DEFINIÇÃO DA REDE DE OFERTA DE CURSOS PROFISSIONAIS NA AML

Os cursos profissionais de nível secundário conferem uma dupla certificação e constituem uma via, alternativa ao ensino regular, consagrada no sistema educativo, que permite o prosseguimento de estudos no ensino superior. Independentemente desta característica chave, os cursos profissionais na sua génese, conceção e organização estão orientados, preferencialmente, para o ingresso no mercado de trabalho dos jovens diplomados, os denominados técnicos intermédios.

Neste contexto, os cursos profissionais terão de estar associados a objetivos de sucesso educativo e de qualidade de organização curricular, de valorização social das profissões, de informação e resposta à procura social e a objetivos de empregabilidade. A empregabilidade, entendida como o conjunto de condições para um indivíduo se manter ativo e procurado no mercado de trabalho constitui uma dimensão chave da construção de projetos de vida, da inserção social e económica, do emprego e do combate à exclusão. Deste modo, interpretar e identificar dinâmicas sociais, económicas, organizacionais e empresariais geradoras ou potencialmente geradoras de procura e de emprego de qualificações intermédias constitui uma dimensão fundamental na antecipação de necessidades.

É este o entendimento que preside às reflexões e propostas aqui apresentadas.

No que respeita à antecipação, planeamento e concertação da Rede de Ofertas de Cursos Profissionais, nomeadamente na AML e para o próximo ano letivo, identificam-se algumas dimensões, de natureza diferente, que importará considerar naqueles processos e que são determinantes na definição do leque de oferta, traduzido na designação de áreas de educação e formação (AEF) e cursos. Estas dimensões não esgotam o conjunto de variáveis e fatores a ponderar na forma como se gere e desenvolve o planeamento e a concertação da Rede mas assumem particular pertinência em função da informação recolhida e analisada no estudo em curso na AML.

Em síntese, relevam-se as seguintes:

- a) A valorização do ensino profissional, como percurso educativo gerador de qualificações e competências, reconhecidas e valorizadas pelas famílias, pelos jovens e pelo mercado de trabalho, encontra-se estreitamente associada às apostas no sucesso escolar e no combate ao abandono escolar precoce e constitui condição necessária da empregabilidade dos jovens. Deste modo, equacionar e gerir uma rede de cursos profissionais e, globalmente, uma rede de ofertas de dupla certificação exige esta intenção e orientação, por parte das entidades educativas, na gestão, na afetação de recursos, na organização curricular, nos modelos pedagógicos, na promoção e divulgação dos cursos, entre outros;
- b) A concertação da rede é um processo anual que poderá suportar-se num planeamento efetuado num horizonte mais alargado (por exemplo, plurianual), informado pela antecipação de domínios centrais de qualificação intermédia (por exemplo, as competências *core* de cada AEF) e monitorizado anualmente. De facto, as apostas na produção de qualificações intermédias exigem referenciais estáveis, que favoreçam a gestão e organização de recursos, a evolução de modelos curriculares e pedagógicos, e que permitam, simultaneamente, enquadrar a produção de novas qualificações e acompanhar a evolução do perfil dos empregos;

c) Considerando a centralidade, o grau de concentração de escolas, o potencial de atração de população jovem e a heterogeneidade territorial, social e económica da AML, a diversidade de áreas e cursos é uma exigência neste território. Assim, as questões, ao nível do planeamento e da concertação na AML, deverão colocar-se fundamentalmente ao nível da pertinência das qualificações, no quadro de um mercado de trabalho alargado, e do equilíbrio da oferta (número de turmas e alunos no sistema) entre áreas e entre cursos dentro da mesma área, em detrimento do enfoque na especialização da oferta em determinadas áreas ou cursos;

d) Contudo, num contexto de decréscimo da população jovem residente e de recessão demográfica em geral, que determinam, pelo menos a curto prazo, e no mínimo, uma estabilidade do número de turmas e de alunos no sistema educativo, promover a relevância e a diversidade de qualificações intermédias implica fazer opções na organização e na promoção da oferta de cursos. Deste modo, o planeamento e a concertação da rede, quando tomam como critério base a estabilidade do número de turmas (ainda que possam ocorrer variações anuais em função de aspetos vários), terão de atender a critérios de relevância para induzir a procura e a oferta de cursos, promovendo a estabilização ou diminuição nalgumas ofertas e o crescimento de outras;

e) Particularmente na AML, a complementaridade de ofertas educativas e, nomeadamente de ofertas de dupla certificação, entre subsistemas de educação-formação e entre territórios de proximidade, constitui um elemento a ponderar na construção de uma rede de qualificações intermédias relevante e indutora de sucesso escolar e de empregabilidade. Poderá pois revelar-se de forte utilidade a associação do sistema de aprendizagem ao processo de planeamento e concertação da rede de ofertas, a monitorização da qualidade e dos resultados das ofertas, independentemente da área de formação em que se inserem, bem como sinalizar ofertas referência, nas diferentes áreas de formação, no território AML. Esta sinalização poderá abrir espaço à análise das condições de transferibilidade de boas práticas e poderá também contribuir para uma maior qualidade e eficácia na gestão de recursos associada ao ensino profissional;

f) O território AML é heterogéneo em termos demográficos, sociais, económicos. Esta heterogeneidade influencia, nomeadamente, as dinâmicas e o perfil da procura social de escolaridade e de qualificações intermédias, a representação do mercado de trabalho, a interlocução entre o sistema educativo e os empregadores e a representação das profissões, aspetos que devem ser incorporados no diagnóstico de necessidades e na antecipação de qualificações. Referimo-nos, nomeadamente, a três dimensões que deverão ser asseguradas nos exercícios de diagnóstico e planeamento: i) garantir a proximidade do sistema educativo aos alunos e às famílias, respondendo e informando expectativas, e contribuindo para o sucesso escolar e para a fixação de jovens; ii) assegurar a produção de qualificações intermédias que se articulem com as estratégias de desenvolvimento local, respondam a oportunidades de emprego geradas nos diferentes territórios e favoreçam a emergência de novos empregos ou nichos de atividade; iii) promover o aumento dos níveis de escolaridade e qualificação das populações, assegurando a possibilidade de prosseguimento de estudos;

g) As questões enunciadas nos pontos anteriores encontram particulares condições de resposta nos municípios com contratos interadministrativos na área da educação, e constituem desafios para o conjunto de municípios da AML, particularmente naqueles em que o processo de

interlocução com escolas, famílias e tecido social e económico faz parte da estratégia de desenvolvimento de políticas educativas e sociais;

h) A antecipação, o planeamento e a concertação da rede de qualificações intermédias na AML, quando dinamizados e conduzidos por esta entidade em colaboração com as entidades reguladoras, constituem palco privilegiado para a afirmação dos benefícios da territorialização de políticas públicas, que constitui uma das finalidades deste estudo regional. Afirmer, neste domínio da produção de qualificações intermédias, uma política pública dirigida ao território AML e com efeitos nele produzidos exige um sistema de atores capaz de, a partir do território, construir uma visão estratégica (mais, ou menos, elaborada) sobre o seu futuro e um território pertinente, com escala e governança.

4. SOBRE A PERTINÊNCIA DE ALGUMAS ÁREAS E INTERVALOS PROPOSTOS PARA ALGUNS CURSOS

Pronunciamo-nos, neste capítulo, sobre áreas de educação formação (AEF) e cursos, que traduzem o perfil da principal rede de oferta de qualificações intermédias, nomeadamente na AML: os cursos profissionais. Conforme já refletido em pontos anteriores esta é apenas uma parte, embora importante, da qualidade e relevância das qualificações intermédias.

Apresentamos, em primeiro lugar, informação sobre qualificações em crescimento na AML e, depois, uma análise dos intervalos para algumas AEF e cursos. A referência utilizada para as reflexões e propostas apresentadas é o mapa de intervalos de turmas disponibilizado pela ANQEP, que constitui um instrumento de referência para o processo de concertação em curso, entre a DGESTE e as escolas, e consequentemente para a aprovação da rede de cursos propostos pelas escolas.

Procura-se, conforme anteriormente explicitado, refletir sobre a pertinência e adequação dos intervalos propostos para alguns cursos (aqueles para os quais existe, até ao momento, informação recolhida, explorada e analisada no âmbito do estudo em curso), efetuando-se propostas de flexibilização dos seus limites, para o conjunto do território AML e, sempre que relevante, para os territórios da Grande Lisboa e Península de Setúbal.

Duas notas prévias enquadradoras das propostas:

a) Na AML existem 3 municípios – Amadora, Cascais e Oeiras - com contrato interadministrativo na área da educação. Estes municípios assumem já um papel decisivo no planeamento e concertação das ofertas educativas nos respetivos territórios. Neste contexto, as ofertas de cursos apresentadas pelas escolas destes municípios decorrem, em princípio, de um processo de análise territorial e de concertação institucional, promovido pelo município, que confere relevância e validade às propostas.

Existem também alguns outros municípios com dinâmicas de interlocução sistemática com escolas, nomeadamente no âmbito de redes de trabalho criadas e/ ou nos momentos de apresentação de propostas de cursos profissionais que promovem, nos respetivos territórios, a análise partilhada das propostas das escolas e complementaridades na rede de oferta municipal. Com a finalidade de contribuir para a consolidação destes processos, as reflexões e propostas aqui apresentadas poderão ser entendidas como um contributo para eventuais ajustamentos, que sejam considerados pertinentes e possíveis e que não tenham sido promovidos ou previstos, na concertação das respetivas redes municipais de oferta;

b) Neste momento, Abril de 2016, existe ainda incerteza sobre o comportamento de algumas variáveis que influenciarão a definição da rede final de oferta de cursos profissionais na AML para o ano letivo 2016/ 2017, ou seja, as matrículas dos alunos. Referimo-nos, nomeadamente, aos seguintes grupos de variáveis: pressupostos assumidos pelas escolas no planeamento das ofertas, quanto à expressão das taxas de retenção; preferência dos alunos pelo prosseguimento de estudos num curso profissional; efetiva capacidade das escolas organizarem e gerirem os recursos adequados às propostas de cursos efetuadas; resultados dos processos de orientação, escolar e profissional, levados a cabo pelos SPO e grau de eficácia na interpretação da procura social; capacidade de atração de alunos por parte de alguns territórios e cursos; a dimensão da resposta que tem de ser dada aos alunos que estão a terminar cursos vocacionais de nível básico.

Neste contexto, consideramos existir margem para incorporar a dimensão “relevância social e económica dos cursos profissionais” no acerto final da rede, informando as decisões das entidades reguladoras com critérios que permitam assegurar, ainda que num quadro de relativa estabilidade do número de turmas, uma maior relevância das ofertas.

4.1 Qualificações intermédias que apresentam sinais de crescimento de procura e empregabilidade

Identificam-se seguidamente, para o conjunto da AML, um conjunto de qualificações intermédias (áreas e/ ou cursos) que, de acordo com os resultados da análise da informação, quantitativa e qualitativa, recolhida no âmbito do estudo de aprofundamento regional para a AML, apresentam sinais de crescimento (procura e empregabilidade) no horizonte 2020.

Sinais expressivos de crescimento

- Área do Comércio, Vendas e Distribuição, sinalizando-se as novas qualificações “Técnico de Comunicação e Assistência ao Cliente” e “Técnico de Distribuição”;
- Técnico de Logística
- Metalurgia e Metalomecânica – produção, planeamento, programação, maquinação, CAD/ CAM, soldadores
- Áreas do Apoio à Gestão, com destaque para os Técnicos Administrativos;
- Hotelaria e restauração, com destaque para cozinha, receção de hotel, andares e mesa/ bar
- Informática – Técnicos de Instalação e Gestão de Redes, Técnicos de Sistemas e Programadores
- Sistemas de Informação – Técnico de sistemas de informação geográfica
- Planeamento e Gestão Industrial – Técnicos de produção, planeamento, manutenção, máquinas Industriais
- Eletrónica, Automação e Robótica
- Eletricidade e Energia, com destaque para o Técnico de Redes Elétricas
- Área Social, Educação e de Apoio à Comunidade, com destaque para Técnico de Geriatria e Técnico de Apoio Familiar e à Comunidade, Técnico de Ação Educativa
- Multimédia.

Sinais expressivos de crescimento/ procura mais localizada

- Saúde e Bem-estar, com destaque para as tecnologias da saúde e a estética e bem-estar
- Técnico de controlo e qualidade alimentar
- Operadores qualificados de transformação de produtos alimentares
- Técnico de proteção civil
- Técnico de Qualidade
- Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho
- Artes e Música
- Produção agropecuária.

Qualificações associadas a nichos de atividade/ necessidades de evolução das qualificações

- Património – Técnico de Museografia e Gestão do Património
- Artesanato/ Artesão/ã – Artes do metal, do têxtil, artes e ofícios da madeira, construção, reparação e afinação de instrumentos musicais
- Área dos Materiais (cerâmica, madeira, vidro, plástico, papel, ...) – Técnicos de preparação, produção, transformação, operação com máquinas
- Viticultura/ Enologia
- Náutica – Técnico de Animação em Turismo Náutico, técnico de construção de embarcações de recreio

4.2. Intervalos de turmas para 2016/ 2017 – a necessária flexibilidade intra AEF e a importância das novas qualificações

A análise dos intervalos de turmas constantes dos mapas disponibilizados pela ANQEP, referentes às sub-regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, constitui, de acordo com a informação transmitida, um referencial para a concertação da rede, nomeadamente no que respeita à aprovação do número de turmas por curso. Considera-se que os intervalos definidos, para além de consagrarem limites quanto ao número de turmas, podem constituir-se também como fator indutor da oferta de qualificações relevantes, se estas lá estiverem explicitadas. E é esta a perspetiva que neste momento importa reter.

Tanto quanto foi possível à equipa apurar, o mapa de intervalos é construído a partir da rede de oferta do ano letivo anterior reservando alguma margem de variabilidade. No entanto, por essa razão, é comum surgirem situações de cursos que estando na mesma área de formação, não constam dos mapas disponibilizados pela ANQEP. Para que o exercício possa ter algum sucesso é fundamental que exista abertura institucional para acolher propostas de cursos que, dentro da mesma área ou em novas áreas de formação, possam vir a ser consideradas, dado que a generalidade das escolas / municípios não incorpora na sua tomada de decisão, de forma sistemática e com conhecimento relativo à empregabilidade dos alunos por curso, pelo que a possibilidade de haver desajustamentos a este nível pode ser significativa.

Neste contexto, considerando o explicitado no ponto anterior, no sentido de influenciar o processo de concertação e assumindo o princípio da estabilidade da Rede de Cursos², identificam-se algumas áreas de educação formação, cujos intervalos definidos para alguns cursos devem ser ponderados, bem como algumas qualificações que se afiguram com turmas em excesso ou em défice.

² A descontinuidade dos cursos vocacionais de secundário e a existência de um número ainda significativo de alunos em turmas de cursos vocacionais de básico poderá ditar a necessidade de contemplar um número adicional de turmas para assegurar o prosseguimento de estudos, num percurso de dupla certificação, para esses alunos.

Relevam-se, a este propósito, elementos de informação partilhados, nomeadamente com escolas, e que indiciam a forte concentração de turmas e alunos num reduzido número de cursos. Considerando o ano letivo de 2015/ 2016 e os cursos então homologados, verifica-se que mais de 40% das turmas abertas estão concentradas em apenas 5 cursos:

- Programação e Gestão de Sistemas Informáticos, Turismo, Gestão Desportiva, Apoio à Infância e Comércio, no conjunto da AML;
- Programação e Gestão de Sistemas Informáticos, Turismo, Gestão Desportiva, Comércio e Auxiliar de Saúde, na Península de Setúbal;
- Programação e Gestão de Sistemas Informáticos, Turismo, Gestão Desportiva, Apoio à Infância e Multimédia, na Grande Lisboa.

Pretende-se assim, a partir desta reflexão e informação, promover uma flexibilização dos limites máximos de alguns cursos em detrimento de outros, no conjunto da AML e/ ou nalguma das duas subregiões.

Uma nota final importante:

Quando aqui se propõe contemplar turmas, de cursos previstos ou não previstos nos mapas disponibilizados pela ANQEP, pretende-se promover flexibilidade na análise das propostas subjacente ao processo de concertação assumindo dois principais pressupostos: a) que existe ainda espaço para a indução de procura; b) que existem escolas com recursos (onde se incluem as autorizações de funcionamento), vontade e capacidade para disponibilizar essas ofertas de qualificações.

Área das Artes do Espetáculo (AF 212)

A oferta de cursos nesta AEF está concentrada na Grande Lisboa, com destaque para o município de Lisboa e, nesta sub-região, os intervalos parecem traduzir a necessidade desta oferta, que exige condições e recursos que não estão disseminados por todo o território. Contudo, no que respeita aos cursos, julga-se pertinente alargar, para 2 turmas, o limite máximo do curso **“Artes do Espetáculo – cenografia, figurinos e adereços”**, contemplando ou induzindo ofertas de qualificações de suporte à produção de espetáculos que se revelam necessárias e pertinentes. Complementarmente, afigura-se relevante a oferta da formação musical, de nível intermédio, associada à **reparação e afinação de instrumentos musicais**.

Na Península de Setúbal está apenas contemplada na AEF 212 a possibilidade de, no máximo, uma turma para o curso de “Artes do Espetáculo – interpretação”. Embora não se defenda a dispersão de ofertas de qualificações intermédias, nesta área, por todo o território da AML, considera-se pertinente, numa perspetiva de diferenciação territorial, articulação com dinâmicas de desenvolvimento local e de resposta a nichos de procura social contemplar, nomeadamente, as seguintes ofertas: **“Instrumentistas”** e **“Técnico de Produção e Tecnologias da Música”**.

Área do Comércio e Vendas (AEF 341)

Nesta AEF as indicações dadas pelo mapa de intervalos orientam-se para as qualificações “Técnico de Vendas” e, fundamentalmente, “Técnico de Comércio”. Esta última qualificação apresenta, no conjunto da AML e também das duas sub-regiões, um limite máximo de turmas bastante superior às turmas abertas no ano letivo 2015/ 2016. Embora necessárias e pertinentes, as qualificações nesta área de

educação e formação encontram-se excessivamente concentradas naquelas duas qualificações e o intervalo máximo de turmas para Técnico de Comércio afigura-se excessivamente elevado.

Por outro lado, as necessidades e procura de qualificações intermédias na área da Logística, bem como na área da Distribuição, são manifestas, quer na Grande Lisboa quer na Península de Setúbal.

No mapa de intervalos as qualificações “Técnico de Logística” e “Técnico de Distribuição”, apresentam na Grande Lisboa um limite máximo de uma turma, sendo que na Península de Setúbal o mapa é omissivo em relação à Logística, não prevendo qualquer turma.

Neste contexto, propõe-se o aumento do intervalo máximo das qualificações “**Técnico de Distribuição**” e “**Técnico de Logística**” para, pelo menos, 2 turmas para cada qualificação e em cada uma das sub-regiões.

Complementarmente, releva-se a pertinência de abrir espaço para a oferta da qualificação “**Técnico de comunicação e assistência ao cliente**”, uma qualificação nova que será inserida brevemente no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

Em síntese, e no que respeita a esta AEF, a questão coloca-se sobretudo no equilíbrio de turmas entre qualificações, conferindo particular relevância à Logística, Distribuição e Vendas.

Áreas Administrativa e do Apoio à Gestão (AEF 344, 345 e 346)

Nestas áreas de educação e formação emergem como qualificações intermédias particularmente relevantes o “**Técnico Administrativo**”, não considerada no mapa de intervalos disponibilizado pela ANQEP, e o “Técnico de Apoio à Gestão”. Importa assim abrir espaço para turmas de Técnico Administrativo, na Península de Setúbal e, com maior abertura de intervalo, na Grande Lisboa.

Adicionalmente, importa promover a oferta da qualificação intermédia “Técnico de Apoio à Gestão”, constante do CNQ, em detrimento da qualificação “Técnico de Gestão”.

Globalmente, na AML e nas áreas administrativa e do apoio à gestão, propomos que seja promovido um maior equilíbrio entre qualificações, no que respeita aos intervalos de turmas, abrindo espaço ao “Técnico Administrativo” nas duas sub-regiões, conferindo preferência ao “Técnico de Apoio à Gestão”, ao “Técnico de Secretariado” e ao “Técnico de Contabilidade” em detrimento do Técnico de Gestão.

Área das Ciências Informáticas (AEF 481)

O curso “Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos”, inserido nesta AEF, constitui o curso com maior número de turmas abertas no ano letivo 2015/ 2016, no conjunto da AML (49 turmas), na Grande Lisboa (33,5 turmas) e na Península de Setúbal (15,5 turmas). Independentemente da pertinência da qualificação e da empregabilidade de um número significativo de alunos destes cursos, identifica-se uma forte saturação da oferta. Esta situação, embora com menos expressão, verifica-se também na qualificação “Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos”

De acordo com a informação recolhida, a procura de qualificações na área da informática tende a ganhar expressão nos domínios da instalação e gestão de redes, na gestão de sistemas e na programação. Neste contexto, e consideradas as qualificações disponíveis no CNQ, propomos que se abra espaço para a abertura de turmas de “Programador de Informática”, “**Técnico de Informática – Instalação e Gestão de Redes**” e “**Técnico de Informática – Sistemas**”, com destaque para estas duas últimas qualificações, reduzindo os limites máximos do curso de “Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos” em cada uma das duas sub-regiões.

Complementarmente, destaca-se a importância crescente da procura de qualificações intermédias na área dos sistemas de informação e, neste âmbito, a relevância crescente, com procura ainda situada nalguns nichos e territórios, do “**Técnico de Sistemas de Informação Geográfica**”, qualificação para a qual importa abrir e promover espaço.

Área do Turismo e Lazer (AEF 812)

Esta área de educação e formação revela, à semelhança de outras aqui já referidas, uma excessiva concentração de cursos de “**Técnico de Turismo**”. Esta qualificação responde a uma procura existente, que têm conhecido exigências crescentes de qualidade e de especialização, mas o grau de empregabilidade dos diplomados é contido.

Por outro lado, esta é uma área de educação e formação que tem conhecido uma evolução em matéria de produção de novas qualificações, com conteúdos e organização curricular mais pertinentes e ajustadas à criação de sucesso educativo e de condições de empregabilidade. Referimo-nos, nomeadamente, a duas qualificações “**Técnico de Operações Turísticas**” e “**Técnico em Animação de Turismo**” que ficarão brevemente disponíveis no CNQ e que permitem especializações em áreas várias. No que respeita à animação turística destaca-se a relevância, para a AML; da especialização em **turismo náutico**, qualificação para a qual deverá ser aberto espaço para, pelo menos, uma turma (a título de experiência piloto), na Grande Lisboa e na Península de Setúbal.

Importa pois neste domínio estar sobretudo atento à evolução dos perfis procurados no mercado de trabalho, ajustando a oferta a qualificações mais relevantes dentro da própria AEF.

Áreas Social e Saúde (AEF 762, 729 e 725)

Nestas áreas destaca-se a relevância de aumentar os intervalos, quer na Grande Lisboa quer na Península de Setúbal, dos cursos “**Técnico de Geriatria**”, “**Técnico de Apoio Familiar e à Comunidade**”, “**Técnico de Apoio Psicossocial**”. Os domínios de atividade em que estas qualificações se enquadram evidenciam crescentes exigências de qualificação e de técnicos intermédios que possam apoiar profissionais especializados na prestação de cuidados a públicos diversos e com necessidades diferenciadas. Importa pois promover a estreita articulação destas qualificações nos territórios, com as suas instituições e atores sociais e económicos.

Estes são também cursos relativamente aos quais importa desenvolver um trabalho sistemático de informação e mobilização da procura, num quadro de valorização social das profissões.

Na área da saúde, importa abrir mais espaço/ mais turmas para as qualificações associadas às **tecnologias da saúde** e da **saúde e bem-estar** e monitorizar a empregabilidade da qualificação “**Técnico auxiliar de saúde**”.

Eletricidade e Energia, Eletrónica e Automação (AEF 522 e 523)

Estas são áreas que enquadram, maioritariamente, qualificações com aplicação transversal a um conjunto de setores e atividades. Relevantes e procuradas, a exigência de qualidade dos perfis produzidos nos cursos enquadrados nestas áreas, é crescente.

Numa ótica de diversificação e de resposta à procura identificada, atual e potencial, identifica-se a necessidade de contemplar, com prioridade, o curso de “**Técnico de Redes Elétricas**” na oferta existentes, quer na Grande Lisboa quer na Península de Setúbal e de aumentar o limite máximo do intervalo do curso “**Técnico de Mecatrónica**”, particularmente na Península de Setúbal, mantendo a oferta nas áreas da **eletrónica, eletromecânica e automação** nas duas sub-regiões.

Adicionalmente, e considerando sinais inequívocos de procura, ainda que não explicitada de forma generalizada, destaca-se a importância de introduzir claramente o domínio da **robótica** no leque das qualificações intermédias, eventualmente recompondo algumas qualificações e definindo o *core* de competências centrais nas áreas da eletrónica, automação e robótica.

Indústria - Áreas da Produção, Transformação, Gestão e Manutenção (inclui várias AEF)

Alguns cursos de técnicos de produção, gestão e manutenção industrial, nomeadamente nas áreas da **Metalurgia e Metalomecânica (AEF 521)** e **Indústrias Alimentares (AEF 541)** estão contemplados no mapa de intervalos disponibilizado pela ANQEP para as duas sub-regiões. Contudo, são manifestamente insuficientes a diversidade contemplada bem como os limites máximos definidos, quer na área da Grande Lisboa quer na Península de Setúbal.

Falamos da necessidade de aumentar a produção de técnicos intermédios nas áreas do **planeamento, da produção, da gestão, da qualidade, da programação e maquinaria, e da manutenção industrial**. Na área da manutenção industrial releva-se a importância das diferentes especializações – mecânica, eletrónica, eletromecânica, mecatrónica, ... - suportadas num corpo de conhecimentos transversais e de aptidões técnicas, sólidas e comuns.

Na área da **metalurgia e metalomecânica** emerge, para além dos domínio já referidos, a relevância da qualificação “**Técnico de Soldadura**”.

Na **indústria alimentar**, destacam-se, para além da relevância do “**Técnico de Controlo de Qualidade Alimentar**”, cujo número de turmas importa aumentar nas duas sub-regiões, a procura de **técnicos intermédios na área da transformação** de produtos alimentares.

Enquanto qualificações transversais e relevantes, sinalizam-se as enquadradas na AEF – Tecnologia dos processos químicos, nomeadamente o “**Técnico de Análise Laboratorial**” e o “**Técnico de Química Industrial**”. A pertinência de promover esta última qualificação situa-se, nomeadamente, na Península de Setúbal.

Outras qualificações a considerar

Identificam-se seguidamente um conjunto de qualificações, em crescimento, algumas associadas a nichos de procura, outras sem manifestação de procura generalizada, cuja oferta deverá ser incentivada e, na sua maioria, não massificada. A oferta de algumas destas qualificações já existe no território AML, sendo a pontual. Há territórios em que as escolas, em articulação com os municípios, efetuaram propostas de qualificações de nicho, que não encontram tradução nos limites dos intervalos utilizados como referência para a aprovação da Rede 2016/ 2017, e que deverão ser cuidadosamente ponderadas.

Neste contexto, identificam-se as seguintes qualificações, com graus de relevância variáveis nos territórios AML, e para as quais se propõe um aumento dos limites máximos dos intervalos:

- Técnico de Proteção Civil
- Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho
- Técnico de Qualidade
- Qualificações na área do Artesanato (AEF 215) – Artes do Metal, Artes e Ofícios em Madeira, Pintura Decorativa, entre outros
- Qualificações na área da Floricultura e Jardinagem (AEF 622)
- Cultura e Património – Técnico de Museografia e Gestão do Património, Conservação e Restauro, Assistente de Arqueólogo
- Qualificações na área da proteção do ambiente (AEF 850)
- Técnico de Produção Agropecuária
- Técnico Vitivinícola
- Área dos Materiais (Cerâmica, Madeira, Cortiça, Vidro,..) – Produção, Transformação e Operadores de Máquinas
- Técnicos de Construção, Reparação e Afinação de Instrumentos Musicais
- Técnicos de Transformação de Produtos Alimentares

As apostas em qualificações menos presentes na oferta atual das escolas da AML, nomeadamente naquelas com relevância identificada, terão de corresponder a uma diminuição da concentração de turmas em determinados cursos.

Referimos já a situação da **Gestão e Programação de Sistemas Informáticos** como exemplo de qualificação, que se enquadra numa área procurada e pertinente, mas que tem alternativas que, cremos, poderão responder melhor às necessidades identificadas.

Podemos apontar também o caso da **Multimédia**, qualificação procurada pelos empregadores e pelos jovens, cujo espaço parece estar a ser ocupado por quadros superiores e que apresenta, atualmente, um elevado grau de saturação da oferta, sinalizando a necessidade de contenção.

Finalmente, apontamos o caso da **Gestão Desportiva**, com oferta excessiva no conjunto da AML. Para além do número limitado de cursos, a manter e incentivar, e que apresentam excelentes indicadores ao nível do sucesso escolar, do desenvolvimento de competências dos alunos e do aumento de condições de empregabilidade, a maioria deste cursos, da forma como atualmente se organizam, não respondem nem a expectativas dos alunos nem a procura existente no mercado.